

Uma historiadora do debate público: a construção da democracia portuguesa sob a ótica de Maria Inácia Rezola

Entrevista com:

 **Maria Inácia Rezola**
Instituto Politécnico de Lisboa
Lisboa - PORTUGAL
cienciavita.pt/portal/1A16-2CD1-C083
irezola@escs.ipl.pt
 orcid.org/0000-0002-2102-0479

Entrevista concedida à

 **Reinaldo Lindolfo Lohn**
Universidade do Estado de Santa Catarina.
Florianópolis, SC – BRASIL
lattes.cnpq.br/0899990656525100
reilohn@gmail.com
 orcid.org/0000-0002-7902-2733

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180317452025e0301>



A historiadora portuguesa Maria Inácia Rezola leciona na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS-IPL), em Lisboa, instituição na qual integra o doutorado em Ciências da Comunicação. Atuou na revista *Comunicação Pública* e é investigadora, desde 2024, do Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Media (LIACOM). Além disso, desde 1995, atua no Instituto de História Contemporânea (IHC), que é vinculado à Universidade NOVA de Lisboa. Nessa instituição obteve seu Doutorado em História Institucional e

Política Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, sob orientação de António Reis, com a tese “O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)”. Ao longo de sua trajetória profissional tem se dedicado a diferentes abordagens que envolvem a História política comparada, enfocando temas como transições políticas, colonialismo e memória. Os objetos de pesquisa a que se dedica a levam a apresentar uma extensa produção bibliográfica sobre autoritarismo, mudança política, democratização e justiça transicional nas novas democracias, assim como as interações Igreja-Estado e, particularmente, estudos sobre a mídia, o jornalismo e suas relações com a escrita da História. Publicou uma dezena de livros e muitos outros artigos e capítulos, bem como coeditou um dicionário de oito volumes sobre a Revolução Portuguesa de 1974-1975, em uma trajetória profissional de grande relevância. Dado o impacto de sua produção nos debates públicos em seu país acerca da conhecida “Revolução dos Cravos” e seus desdobramentos políticos e sociais, foi nomeada pelo Conselho de Ministros Português, em 2022, Comissária Executiva da Comissão das Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Como colaboradora de um projeto de pesquisa em andamento na Universidade do Estado de Santa Catarina referente às conexões internacionais do processo de transição política que ocorreu no Brasil ao final da última ditadura militar (1964-1985), a historiadora concedeu esta entrevista em que aborda diferentes aspectos do processo político português desencadeado pela revolução de 1974. A passagem do cinquentenário da Revolução Portuguesa obviamente é motivo para diferentes eventos comemorativos em Portugal, mas é também uma oportunidade para discutir seus desdobramentos no tempo presente. A entrevistada ainda se posiciona sobre as novas práticas e abordagens historiográficas que buscam refletir sobre a disseminação pública e a apropriação social do conhecimento histórico. Em especial, Maria Inácia Rezola trata de sua condição de historiadora com ampla intervenção que extrapola o âmbito estritamente acadêmico, o que a leva a refletir sobre as diferentes inflexões de uma historiografia voltada para o tempo presente e para a dimensão pública de seus debates e resultados.

Você é uma historiadora muito conhecida e relevante em seu país, mas que se ocupa de temas e tem interesse por objetos que também podem chamar a atenção de investigadores brasileiros, especialmente no âmbito da política. Descreva sua trajetória acadêmica e o que a levou a se encontrar com os temas e objetos de investigação que caracterizam a maior parte de seus trabalhos.

Maria Inácia Rezola: É curioso que a descoberta da História e o gosto pela História surgiram relativamente tarde no meu percurso. Isso decorreu de meu ambiente familiar, com influência de pessoas ligadas à economia ou às engenharias. A forte influência veio, de fato, no final do ensino secundário, por meio de uma excelente professora de História que me fez perceber que esta disciplina é muito importante para organizar o pensamento, para entendermos o passado e para entendermos o mundo em que nos movemos. Acho que foi a partir daí que decidi que queria seguir uma carreira no campo da História. É também verdade que a História contemporânea não foi a primeira escolha nos anos iniciais da universidade. Meu

primeiro entusiasmo foi pela Antiguidade clássica, depois pela História moderna, mas, finalmente, no último ano de licenciatura, mais uma vez graças a brilhantes professores, como José Medeiros Ferreira, Fernando Rosas, António Reis ou Oliveira Marques¹, optei pela época contemporânea, inscrevendo-me no Mestrado de História dos Séculos XIX e XX. A partir daí, penso que a linha dominante do meu interesse foi a questão da mudança política. Em um primeiro momento, dediquei-me a analisar a passagem da ditadura militar para o Estado Novo português, processo ocorrido no início dos anos de 1930. O prisma pelo qual analisei tal processo foi o do sindicalismo católico, pois estava interessada pela dimensão social e pela intervenção dos sindicatos católicos nas décadas de 1930 e 1940². Contudo, na essência, o que estava no centro de minha atenção era precisamente a mudança política, isto é, os momentos de transformação profunda das estruturas, práticas ou relações de poder dentro de um sistema político, a análise das suas causas e dos seus impactos. Essa temática acerca dos processos de mudança política levou-me mais tarde a enveredar pela procura de uma explicação e de novas leituras sobre a mudança da ditadura para a democracia em Portugal. Iniciei, então, uma área de investigação que nos últimos anos me tem ocupado predominantemente, que foi a análise da Revolução de 1974 e 1975.

¹ José Medeiros Ferreira (1942-2014) foi um historiador que atuou na Universidade NOVA de Lisboa. Destacou-se como líder estudantil em oposição ao regime salazarista, assim como como teve papel de destaque durante em governos da fase inicial da democracia em Portugal. Autor de “A revolução de 25 de Abril: ensaio histórico” (2023), entre outros.

Fernando Rosas (1946) é um dos fundadores do Instituto de História Contemporânea (IHC), vinculado à NOVA de Lisboa, onde também atuou como docente do Departamento de História. Militante anti-salazarista, desenvolveu destacada atividade política como deputado à Assembleia da República e candidato à Presidência de Portugal. Tem sob sua autoria uma vasta obra, sendo a mais recente “Direitas velhas, direitas novas” (2025).

António Reis (1948) é especialista em História Cultural e das Mentalidades Contemporâneas, tendo atuado na NOVA de Lisboa, onde também contribuiu para a fundação do IHC. Opositor ao salazarismo, foi depois de 1974 deputado e secretário de Estado. Entre suas obras, pode-se destacar a coordenação dos seis volumes de “Portugal Contemporâneo” (1993).

Oliveira Marques (1933-2007), perseguido pelo regime salazarista, exilou-se nos Estados Unidos na década de 1960, onde passou a se interessar pela História contemporânea. Depois de 1974, passou a lecionar na NOVA. Escreveu mais de 60 livros, sendo o mais famoso a “História de Portugal” (1972).

² Sobre o assunto, Maria Inácia Rezola publicou “O sindicalismo católico no Estado Novo (1931-1948)”, Editorial Estampa, 1999.

Ao explorar a questão geral da mudança política, você escreveu livros e textos importantes sobre a Revolução Portuguesa do 25 de Abril e é uma referência reconhecida por seus pares sobre o tema³. Aquela que ficou conhecida mundialmente como a “Revolução dos Cravos” (1974) constitui-se em um tema hoje consensual na historiografia portuguesa? Há ainda dimensões do processo revolucionário e seus desdobramentos que permanecem como pontos de debates e divergências?

Maria Inácia Rezola: Há uma abundante bibliografia sobre o 25 de Abril e a transição portuguesa para a democracia. É muito curioso que essa bibliografia não começou por ser feita por historiadores portugueses. Os primeiros a se interessarem sobre a Revolução Portuguesa foram estrangeiros, em particular norte-americanos e britânicos. Assim, existe um primeiro filão de estudos acadêmicos produzido externamente, ainda muito próximo dos acontecimentos. Além disso, em Portugal, esta foi uma temática que começou por interessar sobretudo a jornalistas e militantes antifascistas. Ou seja, os primeiros escritos sobre o 25 de Abril são muito engajados, muito comprometidos. Depois, progressivamente, a partir dos anos de 1980, inicia-se a produção acadêmica e uma produção historiográfica propriamente dita. A partir daí, o país voltou-se para a sua história recente. É neste contexto que surge o primeiro conjunto de trabalhos acadêmicos fundadores que ainda hoje são uma referência. É evidente que estamos perante acadêmicos e historiadores que foram também atores dos acontecimentos, mas que utilizam já os métodos e técnicas próprios da História e que fundaram as três principais correntes interpretativas da revolução que ainda hoje perduram. Por um lado, a escola historiográfica inaugurada por José Medeiros Ferreira dá a primazia da liderança do processo aos militares⁴. Uma segunda corrente historiográfica, inaugurada por António Reis, atribui grande importância aos partidos políticos, considerando que a chave para entender a revolução é a realização das eleições de 25 de abril de 1975,

³ Cite-se a obra “25 de Abril: Mitos de uma Revolução”, de Maria Inácia Rezola, publicado por Esfera dos Livros em 2007, obra relevante que, aborda, entre outros temas mencionados ao longo desta entrevista, a constituição do Movimento das Forças Armadas (MFA), organização político-militar que liderou o processo de derrubada da ditadura do Estado Novo e comandou as atividades revolucionárias que se desdobraram a partir de 25 de abril de 1974.

⁴ Ver, a propósito, “Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional”, de José Medeiros Ferreira (INCM, 1983), e “Obras escolhidas de José Medeiros Ferreira. Volume I: Portugal Contemporâneo – História Política e Institucional”, organizado por Maria Inácia Rezola (Edições 70, 2018).

eleições que definiram a composição da Assembleia Constituinte⁵. Há ainda uma terceira corrente, inaugurada por Boaventura de Sousa Santos, que situa a questão no âmbito da atuação de movimentos sociais e nas suas diferentes expressões. Essa última corrente é a que, provavelmente, neste momento, tem mais seguidores e que tem mais sucesso⁶. Essas três correntes interpretativas continuam presentes na historiografia portuguesa e, a rigor, nenhuma história da revolução pode ser feita sem ter em conta esses três agentes destacados por esses autores. Passada essa primeira vaga de estudos acadêmicos, a partir da virada para este século, a historiografia renovou-se, sobretudo, graças à emergência de um novo grupo de acadêmicos e de investigadores, que não tinham vivido a revolução, mas que se interessam pelo tema e sobre ele lançam um novo olhar. E, por outro lado, segundo fator essencial, ocorreu a abertura de importantes arquivos sobre o período. A partir desse momento, começamos a ter uma maior diversidade de visões e de interpretações sobre a forma como se fez a passagem da ditadura para a democracia⁷. Há uma característica muito interessante sobre a forma como essa história foi feita: ao contrário, por exemplo, do que aconteceu em Espanha, em Portugal essa história começou a ser feita por cima ou começou por ser uma história abrangente, relativa a todo o processo e a todo o país. Enquanto na Espanha proliferam, sobretudo, as monografias locais e os estudos de caso, em Portugal a historiografia do período caracteriza-se pelos estudos em uma escala ampliada de análise do processo, considerando os seus ritmos, as suas fases e os seus agentes, tomando o país no seu conjunto. Esta é, provavelmente, uma das grandes lacunas da historiografia sobre a transição portuguesa: há poucos trabalhos monográficos voltados para estudos regionais que expliquem

⁵ Em especial, ver o texto de António Reis, “A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, publicado em “Portugal Contemporâneo”, vol. 6 (Alfa, 1993). Além disso, o livro organizado por Reis, “Portugal, 20 anos de Democracia”, Temas e Debates, 1996.

⁶ Pode-se chamar a atenção para diferentes trabalhos publicados na coletânea “Democracia, ditadura: memória e justiça política”, organizada por Irene Pimentel e Maria Inácia Rezola (Tinta da China, 2013) ou ainda “Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória”, livro organizado por Manuel Loff, Luciana Soutelo e Filipe Piedade (Almedina, 2015). Mencione-se, em especial, o texto “A crise do Estado e a aliança Povo/MFA em 1974-1975”, de Boaventura de Sousa Santos, publicado em 1984 em “AAVV, Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois”.

⁷ Ver, a propósito, o livro da entrevistada, “Os Militares na Revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal”, publicado por Campo da Comunicação em 2006. Sugere-se ainda o artigo de Manuel Loff, “A Revolução portuguesa (1974-1976), um modelo específico de democratização no século XX”, publicado em 2024 na Revista Crítica de Ciências Sociais, 133 (<https://journals.openedition.org/rccs/15557> - acesso em 02 de abril de 2025).

os impactos e o desenvolvimento da revolução nas diferentes partes do país. Tampouco existem estudos monográficos sobre personalidades, instituições ou movimentos em particular. Existem poucas biografias sobre os agentes políticos e os protagonistas do processo e, por exemplo, em estruturas tão importantes como o Comando Operacional do Continente (COPCON)⁸, ou a Quinta Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas⁹, que não foram alvos de estudos de caso. Vários estudos foram dedicados às campanhas de dinamização cultural, mas assumindo sobretudo uma dimensão antropológica e não historiográfica. Da mesma forma, existem poucos trabalhos de cariz monográfico sobre movimentos sociais e experiências de intervenção social neste período.

Você se refere à importância da abertura de arquivos neste século para ampliar o tratamento de temas e objetos referidos ao processo revolucionário. Como ocorreu esse acesso às fontes por parte de historiadores e historiadoras em Portugal?

Maria Inácia Rezola: De acordo com a lei de arquivos portuguesa, os documentos que contenham dados pessoais “sensíveis” podem ser consultados cinquenta anos passados desde sua produção, exceto no caso em que alguns dos protagonistas ainda estejam vivos ou que haja restrições específicas em relação à documentação¹⁰. Apesar da lei ser essa, a verdade é que, por inércia ou por resistência, alguns arquivos tardaram a abrir. Foi, sobretudo, a partir da virada para o presente século que, graças à intervenção dos historiadores, arquivos da fase final da ditadura ou arquivos um pouco posteriores começaram progressivamente a ser abertos. Um dos símbolos desse processo de

⁸ Comando militar de Portugal criado após a eclosão do movimento de 25 de abril de 1974 e que seria dissolvido ao final de 1975. Foi instituído com vistas a criar condições para que as Forças Armadas pudessem garantir o cumprimento Programa do MFA. Tinha como principais missões intervir diretamente na manutenção da ordem pública e garantir a salvaguarda de pessoas e bens. Ou seja, era concebido como o “braço armado da revolução”, agrupando elementos de elite das Forças Armadas. Esteve à sua frente em grande parte do período revolucionário o major Otelio Saraiva de Carvalho, figura proeminente no campo das esquerdas em Portugal, tendo sido candidato à Presidência da República em 1976.

⁹ Estrutura militar que passou a operar em 1974, dedica à disseminação de informação e propaganda do processo revolucionário, conduzindo as chamadas Campanhas de Dinamização Cultural junto a movimentos populares. A 5ª. Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas foi criada no mesmo dia em que tomou posse o II Governo Provisório (18 de julho de 1974), como resposta à necessidade de levar a cabo uma campanha militar para difundir e propagandear o ideário do MFA. Ou seja, na prática, funcionaria como um gabinete de “relações públicas” do MFA.

¹⁰ Conforme o Decreto-lei 16, de 23 de janeiro de 1993.

Uma historiadora do debate público: a construção da democracia portuguesa sob a ótica de Maria Inácia Rezola

Reinaldo Lindolfo Lohn – Entrevistador

abertura dos arquivos foi a disponibilização do arquivo da PIDE, a Polícia Internacional de Defesa do Estado, a polícia política do regime autoritário¹¹. Foi um processo longo e duro, a pretexto de que o arquivo não estava classificado e apto para ser consultado. Mas, graças às campanhas que os acadêmicos fizeram junto a veículos comunicação social e à pressão que exerceram sobre poder político, esse arquivo foi aberto. Bem mais simples foi a abertura de um arquivo central para a história da revolução, que é o arquivo do Conselho da Revolução¹², órgão extinto em 1982, e que passou a estar disponível para todos os que o queiram consultar.

Deixando o campo dos especialistas e adentrando no dos embates sociais, a revolução é ainda uma questão do tempo presente na sociedade portuguesa? Trata-se de um tema ainda em aberto, que segue sendo disputado? Um passado ainda presente? Recentemente, houve discussões sobre a possibilidade de oficializar “comemorações” pela passagem do 25 de Novembro de 1975, data que teria encerrado o processo revolucionário, e que foram mobilizadas por setores políticos de extrema-direita¹³.

Maria Inácia Rezola: Penso que podemos afirmar com segurança que os portugueses estão reconciliados com o seu passado e, sobretudo, que consideram que a forma como a transição da ditadura para a

¹¹ A PIDE/DGS, Polícia Internacional de Defesa do Estado e Divisão Geral de Segurança, criada em 1945, foi o mais evidente braço de repressão política e social do Estado autoritário português durante a vigência do chamado Estado Novo, sob o comando de António Salazar e, posteriormente, de Marcello Caetano. Sobre a abertura dos arquivos, sugere-se, entre outros, o artigo de Irene Pimentel, “A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS: História, justiça e memória”, publicado no ano de 2011 em Acervo, revista do Arquivo Nacional, volume 24, número 1 <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/374>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

¹² O Conselho da Revolução foi um organismo político militar constituído em 1975 para a institucionalização do poder militar e para legitimar a atividade revolucionária, posicionando-se então como a principal instância de poder sobre o Estado português. Depois de 1976, apesar da redução de sua importância, manteve-se na estrutura de comando do Estado até a revisão constitucional de 1982. Ver, a propósito, o capítulo de Maria Inácia Rezola, “Quem comanda? O Conselho da Revolução e o papel das Forças Armadas na revolução portuguesa”, publicado na coletânea organizada por Gilvan Veiga Dockhorn, João Paulo Avelãs Nunes e Diorge Alceno Konrad, “Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia”, Imprensa da Universidade de Coimbra e Editora UFSM, 2020.

¹³ Em maio de 2024, no auge das comemorações do cinquentenário da Revolução dos Cravos, o partido político de extrema-direita “Chega” apresentou projeto para instituir a data de 25 de novembro como feriado nacional. O grupo político fez referência ao dia em que, em 1975, uma mobilização militar teria afastado setores da esquerda militar do comando do Estado. Para os que defendem tal posição, aquele seria o dia da “liberdade e da democracia”, atualizando o uso de uma linguagem política anticomunista. <<https://www.dn.pt/politica/chega-propoe-instituir-feriado-nacional-no-dia-25-de-novembro>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

democracia foi feita é um motivo de orgulho. Dispomos de vários dados para fundamentar essa posição. Em sondagem que foi realizada em 2024, quando da passagem dos 50 anos do 25 de Abril, a maioria dos respondentes, 81%, afirmaram que a transição é motivo de orgulho e que tem mais aspectos positivos do que negativos. A grande maioria dos respondentes, 73%, entende que o país mudou muito desde 1974 e que isso ocorreu em decorrência do 25 de Abril. Finalmente, essas mesmas sondagens confrontavam os inquiridos com a pergunta: qual é o acontecimento mais importante da história de Portugal? Foi apurado que para 65% o 25 de Abril é o fato mais importante, o que o deixa à grande distância de outros acontecimentos, como a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, assim entendida por apenas 11% ou ainda a viagem de Vasco da Gama à Índia, sinalizada por apenas 3% como o fato mais importante da história de Portugal¹⁴. Isso permite-nos dizer que existe um grande consenso acerca da importância e da centralidade do 25 de Abril na história nacional. O que não impede que periodicamente ocorram erupções da memória e erupções de polêmicas em torno da memória e da história. Essas erupções coincidem com conjunturas de crise política ou econômica e com conjunturas de mudanças das políticas públicas de memória. Permitem vislumbrar como essa história, por ser uma história tão recente e uma história tão intensa, pode e é, muitas vezes, alvo de manipulação política. Uma das questões que se levanta sobre o episódio do 25 de Novembro de 1975 é a utilização da história e sua manipulação para objetivos políticos. Realizou-se em 2024, por iniciativa da Assembleia da República, uma sessão comemorativa do 49º. aniversário dessa data, e ficou patente que o objetivo dos promotores era o de valorizar o 25 de Novembro em detrimento do 25 de Abril. Ou seja, transmitir a imagem de que Portugal se teria democratizado em razão do ocorrido em 25 de novembro de 1975 e não da revolução de 25 de Abril. Esses argumentos foram sucessivamente contestados em praça pública, deixando patente que o momento central na história do nascimento da democracia portuguesa é o 25 de Abril e não o 25 de Novembro. O 25 de Novembro de 1975 é uma peça importante na história da construção da democracia portuguesa, mas não é a sua origem, sequer é o mais importante elemento da história do período.

¹⁴ Sondagem ICS/ISCTE: os portugueses e o 25 de Abril.
<<https://www.ics.ulisboa.pt/sites/ics.ulisboa.pt/files/basicpage/ficheiros/sondagem.pdf>> .
Acesso em: 2abr. 2025.

A ideia de revolução, como tal, vive no presente da sociedade portuguesa ou o que prevalece hoje é o que chamamos, em geral, de uma transição democrática?

Maria Inácia Rezola: Em Portugal, na opinião pública, o termo utilizado mais frequentemente é “25 de Abril”. O termo encerra muitas dimensões. Desde logo, a queda da ditadura, o fim de quase meio século de repressão e ausência de liberdades. Mas “25 de Abril” é também utilizado como referência ao processo revolucionário ocorrido ao longo de 1974 e 1975. Ou seja, para o senso comum, para a opinião pública, o termo 25 de Abril encerra o conceito de revolução e de transição. Retomando uma questão anterior, pode-se apontar que, entre os aspectos que ainda necessitam de aprofundamento e desenvolvimento na historiografia sobre o período, é que a maior parte dos estudos historiográficos se limitam a analisar o período que se inicia em 25 de Abril de 1974 até a aprovação do novo texto constitucional ou, quando muito, a eleição do primeiro Presidente da República constitucional, em junho de 1976. É verdade que podemos afirmar que, a partir de 1976, foi institucionalizada a ordem democrática. Mas, sabemos também que até 1982 continuou a existir um órgão de soberania não eleito democraticamente. Refiro-me ao Conselho da Revolução. Portanto, em rigor, o conceito de transição supera em Portugal o de revolução e exige ainda mais estudos acerca do que se passou depois de a nova ordem ter sido constitucionalizada.

É possível afirmar que, em razão de tais discussões, historiadores e historiadoras de seu país são chamados a intervir em debates sociais, culturais e políticos que marcam o tempo presente da sociedade portuguesa? Neste aspecto, percebe uma recepção pública abrangente sobre as produções e intervenções historiográficas a respeito de temas do tempo presente português? Pensa haver algo como uma percepção pública sobre a compreensão do passado ou uma consciência histórica experimentada entre diferentes segmentos da sociedade?

Maria Inácia Rezola: É interessante verificar que em Portugal muitos historiadores são intelectuais públicos e têm um grande espaço na mídia e um grande alcance junto à opinião pública. É curioso ver que esse processo começou logo nos anos de 1980, quando os principais órgãos de comunicação social, imprensa escrita, rádio e televisão, se

multiplicaram na produção de programas e matérias de caráter historiográfico, com a participação de historiadores. A RTP¹⁵ produziu séries interessantíssimas, feitas por historiadores, que foram difundidas em horário nobre. A história contemporânea foi também matéria de múltiplos programas de rádio e dossiês e publicações que foram distribuídas por meio da imprensa periódica. A forma como a bibliografia de cariz historiográfico e os produtos de história são vendidos – verdadeiros *best sellers* – deixa patente essa grande receptividade que a história e, sobretudo a história do século XX português, tem junto ao público nacional. Se isso significa que existe uma consciência histórica... não arriscaria opinar, mas que existe curiosidade e interesse, isso é mais do que evidente. No entanto, podemos afirmar que isso deixa patente que os historiadores e a história têm lugar de destaque na sociedade portuguesa. Note-se que os historiadores são chamados a intervir e a comentar temas historiográficos, mas também temas que vão para além da historiografia, acentuando o quanto a história pode ser importante e interessante para abordar o presente e pensar o futuro.

Seria uma falsa impressão ou é possível apontar que a questão do colonialismo e dos processos de descolonização parecem estar recebendo uma maior atenção por parte da historiografia portuguesa nos últimos anos? Isso significaria que há um interesse novo por esses temas e objetos? Essa temática estaria emergindo de um modo distinto daquele que marcou sua abordagem em outros tempos?

Maria Inácia Rezola: Nesse domínio, há dois temas que têm se tornado particularmente estimulantes. Estou a referir-me à guerra colonial e à descolonização. Os estudos académicos nesses domínios começaram também nos anos de 1980. No entanto, foi sobretudo a partir da virada do século que aumentou o número de académicos que a eles se dedicam. Sobretudo, abriram-se novas perspectivas para a análise dessas questões. Se até a virada do século tínhamos, principalmente, descrições narrativas e factuais sobre a guerra colonial ou sobre a descolonização, a partir de então, introduziram-se as dimensões internacional e a comparativa. Outras dimensões, como os estudos sobre o outro lado, os povos afetados, os cotidianos ou a mulher, trouxeram um novo tom e um novo tratamento à história da guerra

¹⁵ A Rádio e Televisão de Portugal (RTP) é a empresa pública que mantém diferentes emissoras de rádio e de televisão em Portugal.

colonial e da descolonização. Assim, em termos acadêmicos, podemos dizer que esse é um tema bastante estudado, que continua a suscitar amplo interesse e que tem resultado em trabalhos diversificados e de grande qualidade. Mas, a verdade é que no âmbito da opinião pública a questão continua a não ser pacífica. Por um lado, assistimos a uma tendência para o esquecimento e para o apagamento. Como se essas temáticas fossem incômodas depois de 50 anos passados sobre os acontecimentos. E sentimos pontualmente ainda vozes de ressentimento, vozes de saudosistas e de colonialistas. Paralelamente, existem também amplas disputas no domínio político em torno dessas questões, sobretudo quando os estudos pós-coloniais começaram a ganhar destaque e começaram a entrar na arena pública com grande intensidade. O debate público dividiu nitidamente a direita da esquerda. Em suma, penso que podemos dizer que, em termos acadêmicos, a questão da guerra e da descolonização é uma questão cujo tratamento se encontra bem encaminhado, mas que, no que diz respeito à opinião pública, ela está longe de o estar.

Você é professora da Escola Superior de Comunicação Social e é uma historiadora que atua e conduz diferentes investigações no âmbito do jornalismo e da comunicação. A imprensa costuma ser uma fonte frequente em seus trabalhos. Pensa que a formação de jornalistas e outros profissionais da comunicação social ganha consistência com a aproximação com os estudos históricos?

Maria Inácia Rezola: A história e o jornalismo têm interesses comuns e é sempre vantajoso aprenderem os métodos e os objetivos de uma e outra disciplinas. Para quem faz história do mundo contemporâneo, os jornais (e a mídia em geral) são fontes imprescindíveis, além de constituírem interessantíssimos objetos de estudo. Para o jornalismo, a história fornece, desde logo, contexto, isto é, conhecer o passado permite ao jornalista compreender o contexto histórico dos acontecimentos atuais, ajudando a interpretar o presente e perceber possíveis tendências futuras. Além disso, a compreensão histórica melhora a precisão das notícias, evitando erros factuais e aumentando a credibilidade do jornalista junto ao público. Estudar história pode ajudar os jornalistas a reconhecerem padrões sociais, políticos e econômicos, muito úteis para analisar a contemporaneidade. Poderia continuar com os argumentos, mas a

conclusão é óbvia: a história é fundamental para a formação de um jornalista e pode ajudar a garantir que a imprensa cumpra o seu papel essencial numa sociedade democrática. É muito curioso perceber o interesse dos jornalistas pela história, e, por outro lado, é também muito interessante perceber a importância que o conhecimento da história tem para o trabalho dos jornalistas. Não sei qual é a realidade no Brasil, mas felizmente em Portugal alguns cursos de jornalismo continuam a ter cadeiras de história que vão para além da História da mídia. Porque, como disse, a História contemporânea é fundamental para a formação de um jornalista. Através do conhecimento dessa história, o jornalista consegue entender muito melhor os agentes políticos, os processos e o mundo em que se move e as realidades que têm que noticiar. A ligação entre história e jornalismo é intrínseca e é fundamental para a atividade de jornalistas.

Você acredita que a sua produção e a de outros de seus pares, bem como suas intervenções públicas, favorecem ou exprimem de certa maneira o que vem sendo chamado de história pública? Você se situaria como uma historiadora não apenas acadêmica, mas capaz de propor produtos que tenham uma interface com o público e pensados a partir dessa interação?

Maria Inácia Rezola: A história pública é um domínio em que eu me sinto confortável e no qual quero investir mais. Durante muito tempo dediquei-me, como qualquer acadêmica, a produzir monografias e artigos científicos, publicados em revistas especializadas, e a discutir esses trabalhos em colóquios acadêmicos junto de públicos restritos e especializados. A partir do momento em que comecei a colaborar com publicações dirigidas aos órgãos de comunicação social, em documentários para televisão e em programas radiofônicos, percebi as potencialidades de fazer chegar a história a um público mais alargado. Penso que essa não é a única, mas é uma missão importante do historiador: sair da sua torre de marfim e fazer ver e demonstrar como a história é importante para entendermos o mundo e as nossas vidas.

Uma historiadora do debate público: a construção da democracia portuguesa sob a ótica de Maria Inácia Rezola

Reinaldo Lindolfo Lohn - Entrevistador

Você vem atuando recentemente em uma tarefa de amplo impacto público, como Comissária Executiva da Comissão das Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974. Pode descrever o que envolve as atividades que têm exercido nesse trabalho?

Maria Inácia Rezola: Desde maio de 2022, exerço as funções de Comissária Executiva da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril. Tem sido uma aventura muito estimulante, mas também cheia de desafios. Por um lado, é preciso planejar o que fazer pensando nos diferentes públicos-alvo, nas diferentes dimensões da atividade que é preciso desenvolver e nos diferentes produtos que daí resultam. Essa planificação é apresentada a uma comissão nacional, que é presidida pelo Presidente da República e em que estão presentes os representantes de todos os órgãos de soberania, além do presidente da Associação 25 de Abril¹⁶. Depois do plano anual aprovado, é necessário concretizá-lo: calendarizar as iniciativas; contatar especialistas e colaboradores; contatar entidades e parceiros; mobilizar os meios necessários. A equipe fixa da comissão é relativamente pequena. Junto à comissária, funções que eu exerço, existem duas adjuntas (uma dedicada à parte administrativa e outra coordenando a comunicação) e três técnicos especialistas (dois de comunicação e um de ciência política). Além de coordenar o trabalho dessa equipe, também produzo conteúdos. Penso que uma boa forma de entender o tipo de intervenção que desenvolvemos é consultando a nossa página na internet¹⁷. Temos, por um lado, a preocupação em produzir recursos, nomeadamente recursos digitais (dossiês multimídia sobre alguns dos acontecimentos históricos que vão sendo evocados ao longo dessas celebrações) e exposições (que referirei mais adiante). Por outro lado, temos também realizado debates, colóquios e recolha de depoimentos, missão que se nos afigura como fundamental, dado o passar dos anos e o progressivo desaparecimento dos protagonistas desta história que queremos evocar. Da mesma forma, também temos realizado cerimônias

¹⁶ A Associação 25 de Abril foi fundada em 1982 e reúne, em geral, militares e ex-militares que celebram a memória do Movimento das Forças Armadas (MFA). Em 2024 foi noticiado que a Associação recusou o convite a participar da celebração do dia 25 de novembro de 1975, proposta por grupos políticos de direita. Seu presidente, Vasco Lourenço (1942), publicou documento em que mencionou os “saudosos do passado” que aproveitaram “das oportunidades que o período revolucionário, o período de transição e o posterior período democrático e constitucional lhes foi proporcionando”. <<https://www.publico.pt/2024/11/15/politica/noticia/associacao-25-abril-nao-vai-participar-comemoracoes-25-novembro-2112050>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

¹⁷ Ver <<https://50anos25abril.pt/>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

evocativas públicas. Foi o caso da cerimônia que assinalou os 50 anos do nascimento do Movimento dos Capitães¹⁸, em setembro de 2023, e depois as cerimônias que marcaram todo o percurso até ao 25 de Abril: a reunião de Óbidos, de 1º dezembro de 1973 e a reunião de Cascais, de 5 de março 1974. Em 2024, destacaram-se, neste domínio, as grandes celebrações do dia 25 de Abril: as celebrações da noite de 24 para 25 de Abril de 2024, com espetáculos simultâneos em Lisboa, Porto e Santarém, e as múltiplas e multitudinárias celebrações do dia 25 de Abril. Na nossa intervenção, destacam-se também as edições. Por um lado, através da publicação de algumas brochuras, por exemplo, evocativas da história do Movimento dos Capitães e a publicação dos catálogos das exposições que realizamos. Ainda neste domínio, destaco também a coleção “O 25 de Abril visto de fora”, coordenada pelo historiador António Costa Pinto¹⁹, que pretende trazer ao público português estudos produzidos no estrangeiro sobre o 25 de Abril e que nunca tinham sido publicados em português. Como referi antes, as exposições são outra das nossas importantes áreas de intervenção. Em cada ano comemorativo, temos uma grande exposição sobre o tema dominante que pretendemos evocar. No primeiro ano, o tema exposto foi o movimento estudantil e as suas lutas contra o regime. No segundo ano, 2023, a grande exposição foi sobre o movimento sindical e a luta anticorporativa. Em 2024, o tema foi, inevitavelmente, o movimento dos capitães e a derrubada da ditadura. Em 2025, será inaugurada uma exposição sobre as primeiras eleições livres, as eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de abril de 1975. Para o último ano, teremos uma grande exposição sobre o nascimento do poder local: em 12 de dezembro de 1976 fizeram-se as primeiras eleições autárquicas livres e, portanto, será o fecho deste ciclo. Note-se que essas grandes exposições, sobre o tema central de cada ano comemorativo, não invalidam que promovamos outras exposições, sobre outros temas. Dou um exemplo: quando da passagem dos 50 anos da morte de Amílcar Cabral²⁰, em janeiro de 2023, fizemos uma exposição sobre sua vida e

¹⁸ Denominação genérica para a organização que, a partir de 1973, atuou no sentido de se constituir como Movimento das Forças Armadas (MFA).

¹⁹ Ver: <<https://50anos25abril.pt/iniciativas/o-25-de-abril-visto-de-fora/>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

²⁰ Amílcar Lopes da Costa Cabral (1924-1973) foi um dos principais organizadores das lutas que se travaram pela independência e descolonização de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Destacou-se ainda no âmbito intelectual, ao analisar as estruturas do colonialismo e ao destacar a importância da identidade nacional nos processos de emancipação. Entre outras obras, sugere-se o livro “Análise de alguns tipos de resistência”, publicado por Autonomia Literária em 2024.

obra, que depois resultou em um livro²¹, Recentemente, tornou-se uma exposição itinerante que está na Guiné-Bissau e a percorrer também diversas cidades em Portugal. O nosso objetivo é fazer chegar essa mensagem a todo o país e proporcionar espaços de debate e de conhecimento da nossa história. Note-se ainda o último domínio, dos muitos em que intervimos, que é o foco dado à juventude e ao futuro. É evidente que a comissão existe para assinalar uma efeméride histórica e, portanto, temos muitas atividades nesse sentido. Mas, as efemérides históricas servem também para criar uma maior consciência cívica e maior participação cidadã. Nesse sentido, temos promovido diferentes atividades em que a história, a memória e o futuro se cruzam. Por exemplo, desenvolvemos em 2024 a campanha “A minha liberdade é de todos”²², em que fornecíamos o célebre lápis azul, símbolo da censura em Portugal, aos jovens, para eles poderem expressar o que é para eles a liberdade. Da mesma forma, estamos a desenvolver assembleias participativas, um projeto chamado MyPolis²³, em que os jovens aprendem os conceitos básicos do que é democracia e de como ela funciona e, num segundo momento, são convidados a dialogar com as autoridades locais para resolver problemas que os inquietam e para introduzir melhorias no seu meio.

Comemorar o 25 de Abril tem aspectos ou características distintas em relação a outros eventos ou processos históricos da sociedade portuguesa? Mobiliza elementos sociais e culturais próprios e específicos, considerando se tratar de um evento político mais recente?

Maria Inácia Rezola: Um ex-presidente português, chamado Jorge Sampaio²⁴, disse que, em Portugal, existem apenas duas coisas que são consensuais. A

²¹ CABRAL KA MORI. Catálogo de “Amílcar Cabral, uma Exposição”. <https://50anos25abril.pt/wp-content/uploads/2024/02/recursos_50x2_publicacoes_cabral_ka_mori.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

²² Disponível aqui: <<https://gerador.eu/aminhaliberdadeedetodos-50anos25abril/>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

²³ Disponível aqui: <<https://50anos25abril.pt/iniciativas/50-assembleias-participativas/>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

²⁴ Jorge Sampaio (1939-2021) exerceu o cargo de presidente da República Portuguesa entre 1996 e 2006. Enquanto estudante universitário, destacou-se na oposição democrática ao regime autoritário de António Salazar e Marcelo Caetano. Foi presidente da Associação Acadêmica da Faculdade de Direito, participando em movimentos estudantis pela liberdade e democracia. Após o 25 de Abril de 1974, aderiu ao Partido Socialista (PS). Foi ainda deputado à Assembleia da República, presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1990-1995) e Secretário-Geral do PS (1989-1992).

primeira é o 25 de Abril. A segunda, é o Sporting²⁵ — ele era um ferrenho sportinguista. Mas não seria necessário evocar Jorge Sampaio para afirmar que o 25 de Abril continua a dizer muito aos portugueses e que continua a mobilizar a sociedade. O fato de, no dia 25 de abril de 2024, mais de 200 mil pessoas terem desfilado pela Avenida da Liberdade, em Lisboa, para assinalar os 50 anos do fim da ditadura e da conquista da liberdade é um sinal mais do que evidente de como o 25 de Abril está muito presente na sociedade portuguesa. José Medeiros Ferreira, com a perspicácia que o caracterizava, disse que o 25 de Abril marca uma era, divide Portugal no antes e no depois, tantas são as vezes em que no nosso quotidiano nós dizemos “isso só antes do 25 de Abril”, “só com o 25 de Abril”, “depois do 25 de Abril”. Em Portugal, continuam a realizar-se cerimônias comemorativas da implantação da República (5 de outubro de 1910) ou então da restauração da independência, após o fim da União Ibérica (1º. de dezembro de 1640). Mas, nem uma nem a outra data conseguem mobilizar a população: a participação popular é muito escassa. O 25 de Abril é bem diferente. É celebrado desde 1977 no parlamento, mas é principalmente celebrado todos os anos nas ruas, por pessoas de todas as tendências políticas, de todas as idades e com motivações muito diferentes. Celebra-se, anualmente, com grande alegria nas ruas de todo o país.

O 25 de Abril teve um impacto internacional. É possível que sua celebração tenha uma abordagem menos “nacional” ou referida exclusivamente a sentidos patrióticos? Buscar elementos que proporcionem à sociedade refletir sobre a abrangência daquele processo para além das fronteiras nacionais?

Maria Inácia Rezola: Duas questões a esse respeito. Primeiro: não me parece que as comemorações do 25 de Abril tenham uma dimensão patriótica. O que é preciso ter em conta é a especificidade da forma como em Portugal se fez a passagem da ditadura para a democracia, como deixam patente os muitos estudos acadêmicos que existem sobre o tema. Em rigor, temos muita dificuldade em comparar o processo português com outras transições que ocorreram na chamada terceira vaga de democratizações, tal como apontada por Samuel Huntington²⁶.

²⁵ Clube de futebol de Lisboa que tem como maior rival o Benfica.

²⁶ No livro “A terceira onda: a democratização no final do século XX” (Ática, 1994), o cientista político norte-americano Samuel Huntington propôs que a Revolução Portuguesa teria inaugurado uma terceira vaga de democratizações em âmbito internacional, a qual teria atravessado as décadas de 1970 e 1980.

Portanto, as especificidades da transição portuguesa exigem que o cunho nacional seja necessariamente o dominante. Isso não significa que se deva descurar a dimensão internacional que foi, de facto, relevante ainda que, na minha perspectiva, não tenha sido determinante para o resultado final da Revolução de 1974-1975. A meu ver, o determinante na transição portuguesa foram os fatores endógenos e não os exógenos. Segundo aspecto: isso não significa que as comemorações, as celebrações e as evocações se tenham restringido a Portugal. Assim o demonstra a nossa atuação: através da rede de Camões e através de entidades e grupos nacionais de outros países que nos contataram e apoiaram, conseguimos promover iniciativas e, sobretudo, exposições um pouco em todas as partes do mundo. Na nossa agenda que está na página de internet pode-se ter uma pequena ideia de como o 25 de Abril foi também assinalado em muitas outras partes do mundo²⁷.

Por fim, como a sua atual experiência no centro das comemorações do cinquentenário do 25 de Abril vem impactando a forma como você própria interpreta e questiona um objeto de investigação a que se dedicou tantas vezes?

Maria Inácia Rezola: Esta experiência deixa-me mais clara a ideia da importância da história pública deste período e, sobretudo, do enorme interesse que o tema continua a suscitar. Assim, é preciso continuar a fazer chegar essa história a todos os públicos, fazer com que essa história saia da academia e entre na arena pública. Paralelamente, essa experiência permite-me perceber a urgência em continuar os estudos sobre esse período histórico, ampliando-os não apenas tematicamente, mas também cronologicamente. Penso que só conseguiremos compreender o verdadeiro alcance da transição portuguesa quando desenvolvermos os estudos sobre o restante dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980 (até pelo menos 1982). Até agora, poderíamos argumentar que a ausência de distanciamento constituía um entrave a estudos rigorosos. Hoje, esse argumento tende a desaparecer e é necessário desencadear novos estudos. Note-se também que o trabalho que desenvolvi lançou-me um novo alerta sobre a necessidade, urgente, de recolher testemunhos. A história oral está muito desenvolvida no Brasil, mas em Portugal ainda tem muitas

²⁷ Disponível aqui: <<https://50anos25abril.pt/mapa/?c=p&loc=167>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

deficiências, seja em termos de produção seja em termos de conservação. Paralelamente, é necessário alertar para a necessidade de conservar e tornar acessíveis ao público os múltiplos arquivos pessoais existentes. Em suma, essa experiência tem sido muito desafiante, mas deixou-me também uma maior consciência sobre a necessidade de fazer mais sobre e pela história da revolução de 1974 e 1975.